



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1295/1994

Que estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração da proposta orçamentária do exercício de 1995.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 1995 será elaborada conforme diretrizes e instruções estabelecidas nesta lei, observadas, quando aplicáveis, as normas da Lei Federal nº 4320/ 64.

Art. 2º As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 1995 serão aquelas constantes do Plano Plurianual, período 1994/1997, Lei nº 1277, de 08/12/93.

§1º São prioridades de investimentos para exercício de 1995:

I – programa de educação, saúde, desenvolvimento urbano, saneamento básico, proteção do meio-ambiente, agricultura voltada para o abastecimento interno, desportos, lazer, cultura e turismo, com especial atenção para a habitação, nos termos da Lei Orgânica;

II – projetos em fase de execução;

III – projetos financiados com recursos vinculados;

IV – ações delineadas para cada setor administrativo, especialmente os dedicados à administração, planejamento, informatização dos serviços, finanças e econômico.

§2º As obras e serviços que ultrapassarem na sua execução o exercício de 1995, constarão, obrigatoriamente, no orçamento para 1996.

Art. 3º No projeto de Lei Orçamentária as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços e os índices relacionados com as respectivas variáveis, vigentes em maio de 1994.

Parágrafo único. A lei orçamentária, explicitando os critérios adotados:

I – corrigirá os Projetos de Lei segundo a variação de preços previstos para o período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 1994;

II – estimará os valores de receita e fixará os valores das despesas de acordo com a variação prevista para o exercício de 1995, ou outro critério estabelecido;

III – autorizará a contratação de empréstimos por antecipação de receita;

IV – autorizará a abertura de créditos adicionais;

V – autorizará a anulação total ou parcial de dotação orçamentária.

Art. 4º O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar os tributos de sua competência.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 5º Não poderão ser determinadas ou fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 6º As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

Art. 7º A lei orçamentária compreenderá as receitas e as despesas da administração direta e indireta, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidas na sua elaboração os princípios de anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

Art. 8º A lei orçamentária poderá consignar recursos para financiar serviços incluídos nas suas funções e serem executados por entidades de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade pública, mediante convênio, desde que seja de conveniência da administração e tenham demonstrado eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 9º As subvenções sociais só poderão constar do orçamento quando destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de assistência social, voltadas para a educação, cultura ou saúde, comprovadamente públicas, observadas as demais exigências da legislação em vigor.

Art. 10. A lei orçamentária da administração direta e indireta, inclusive fundação instituída e mantida pelo Poder Público, constará obrigatoriamente:

I – recursos destinados ao pagamento das dívidas municipais e seus serviços;

II – recursos destinados ao Poder Judiciário para o que dispõe o Art. 100 e §§ da Constituição Federal;

III – recursos para o pagamento do seu pessoal e seus encargos.

Art. 11. Constituem receitas do Município as provenientes:

I – da arrecadação dos tributos de sua competência;

II – da participação em tributos da União e do Estado;

III – dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios;

IV – da utilização dos seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos;

V – dos convênios firmados;

VI – dos empréstimos e financiamentos com vencimentos fora do exercício e vinculados à obras e serviços públicos;

VII – dos empréstimos tomados para pagamento no exercício, sem antecipação de receita.

Art. 12. Os serviços municipais remunerados, inclusive as atividades de execução de obras públicas, das quais possam beneficiar-se imóveis, cujos custos serão cobertos pela contribuição de



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

melhoria, buscarão o equilíbrio na gestão financeira através da utilização dos recursos que lhes forem corrigidos.

Parágrafo único. As atividades das receitas e despesas dos serviços públicos municipais, remunerados ou não, compatibilizarão às respectivas políticas estabelecidas pelo Governo local.

Art. 13. A estimativa da receita considerará:

I – os fatores conjunturais que possam vir a influir na produtividade de cada fonte;

II – a carga de trabalho estimada para o serviço, quando ele for remunerado;

III – os fatores que influenciam as arrecadações dos impostos, taxas e das contribuições de melhorias;

IV – as alterações da Legislação Tributária.

Art. 14. O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária que deva ser alterada por lei, para o exercício de 1995, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação das diretrizes constitucionais e ao ajuntamento de leis complementares.

Art. 15. São despesas do Município as destinadas à aquisição de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos do Município e solução de seus compromissos de natureza social e financeira.

Parágrafo único. As despesas do Município são estimadas por serviços e obras ou realizadas pelo Município, considerando:

I – a carga de trabalho estimada para o exercício de 1995;

II – os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade das despesas;

III – a receita do serviço, quando este for remunerado;

IV – a projeção, nas despesas de pessoal localizado no serviço, com base na política salarial do Governo Federal e na estabelecida pelo Governo Municipal para os seus servidores;

V – a importância das obras para a administração e os administrados;

VI – o retorno do valor aplicado na execução da obra;

VII – o patrimônio do Município, suas dívidas e encargos.

Art. 16. Na fixação das despesas de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais, com exclusão das amortizações de empréstimos, serão respeitados as prioridades e metas constantes desta lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo Municipal baixará calendário das atividades de elaboração dos orçamentos, devendo incluir reuniões com seus Secretários e Chefes de Departamentos e Chefes de Serviços para ser discutido o orçamento fiscal.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 9 de maio de 1994.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Secretário Municipal de Administração